



# HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO NO ESTADO

A Revista do Legislativo apresenta uma síntese das palestras ministradas na etapa final do Seminário Minas de Minas. No trabalho de extrair delas os aspectos mais relevantes, a equipe da Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Socioeconômico da Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG buscou a contextualização crítica dos temas. Em sua abertura, o Seminário mostrou a estreita relação da atividade minerária com a formação do nosso Estado. O setor empresarial avaliou que o *boom* atual da mineração traz boas oportunidades para Minas, principalmente por suas vantagens competitivas. Atento a esse cenário, o governo federal detalhou o planejamento das políticas para o setor.

André Naves Alves

Geólogo, analista legislativo da Gerência de Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Socioeconômico da ALMG

---

Minas é o segundo maior produtor brasileiro de rochas ornamentais e o segundo maior pólo produtor e exportador mundial de ardósias para revestimento  
*Fernando Coura*

---

A lavra acarreta a contínua redução das reservas das minas, a exaustão mineral. Essa é uma questão extremamente séria para as populações das áreas onde esse recurso existe  
*Cláudio Scliar*

A mineração está intimamente ligada à história e à formação do Estado de Minas Gerais. No período colonial, a partir de 1690, já havia centenas de lavras de ouro aluvionar na Região Central do Estado. De 1700 a 1780, Minas produziu cerca de dois terços do ouro e boa parte das gemas e diamantes extraídos no Brasil. Essa produção mineral fomentou a abertura de estradas, a implantação de núcleos urbanos, a unificação do território, a criação de uma estrutura administrativa própria e a construção da Estrada Real. Cidades como Ouro Preto, Congonhas, Sabará, São João del-Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e várias outras prosperaram em torno das minas.

Essas informações foram extraídas da palestra do presidente do Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais (Sindiextra), Fernando Coura, um dos expositores do painel “Histórico e Importância Socioeconômica da Mineração no Estado”.

Entre 1700 e 1808 – prosseguiu Coura, em sua exposição –, a população mineira cresceu de 30 mil para 433 mil habitantes. No século XVIII, Vila Rica – hoje Ouro Preto – já contava com 35 mil habitantes, enquanto a cidade de São Paulo tinha apenas 5 mil habitantes. No período de 1820 a 1830, foram formadas seis empresas inglesas de mineração para explorar o ouro em Minas. Entre elas a St. John D’el Rey Mining Company, posteriormente



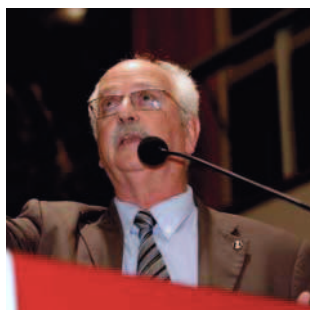
Fonte: Sindiextra

Alair Vieira



José Fernando Coura

Helena Leão



Cláudio Scliar

transformada na Mineração Morro Velho, que atuou até fins do século XX.

Na esteira do desenvolvimento da mineração de ouro, foram encontrados depósitos de minério de ferro que propiciaram o surgimento da indústria de transformação desse bem mineral no Estado. Em 1814, foram instalados os primeiros altos-fornos de ferro-gusa na fábrica de Morro do Pilar. Em 1825, o francês Jean Monlevade instalou uma fábrica na cidade de São Miguel do Piracicaba, hoje João Monlevade. Em 1876, foi criada a Escola de Minas de Ouro Preto, responsável pela formação dos primeiros metalurgistas brasileiros. Em 1894, iniciou-se a exploração de manganês no Morro da Mina, em Conselheiro Lafaiete.

No início do século XX, foi formada a Itabira Iron Ore Corporation, empresa inglesa que adquiriu os direitos das minas de ferro de Itabira e participação na estrada de ferro Vitória-Minas. Na década de 1920, o presidente Artur Bernardes lançou incentivos para a indústria siderúrgica nacional, e a Companhia Siderúrgica Mineira transformou-se na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Em 1940, os direitos das minas de Itabira foram transferi-

dos para o governo brasileiro e, dois anos depois, foi constituída a Companhia Vale do Rio Doce. A década de 1960 foi marcada pela abertura do setor mineral brasileiro ao capital estrangeiro. Nesse contexto, surgiram as empresas MBR, Samitri, Ferteco, Alcoa, CBMM e Usiminas, entre outras.

### **Boas perspectivas para o Estado**

O presidente do Sindixtra argumentou que a mineração é uma atividade demandada pela sociedade, com algumas especificidades: é temporária, pois as reservas de uma jazida são exauridas pela lavra; é uma atividade intermediária de uso e ocupação do solo, que permite a reabilitação do local para outros usos; traz benefícios sociais, especialmente para as comunidades diretamente envolvidas; os recursos minerais são patrimônio da Nação, sendo seu aproveitamento considerado uma oportunidade para a geração de riquezas.

Segundo ele, o setor mineral passa por uma fase de expansão do mercado internacional, marcada pelos seguintes aspectos: grande consumo e valorização das matérias-primas minerais; migração da produção para países em desenvolvimento com potencial mineral;

---

As 20 maiores mineradoras instaladas em Minas respondem por 84% da produção mineral brasileira.

O maior mineroduto do mundo vai de Mariana (MG) até Anchieta (ES)  
*Fernando Coura*

---

Existem condições geológicas e mineralógicas particulares em cada mina. Não existe uma mina igual a outra  
*Cláudio Scliar*

---

O Estado ocupa a segunda posição na economia brasileira; se não fossem seus bens minerais, seria o 12º colocado. As principais usinas siderúrgicas brasileiras estão localizadas em Minas

*Fernando Coura*

---

É preciso fortalecer a articulação entre União, Estados e Municípios em ações de levantamentos geológicos, mineração, transformação mineral, planejamento setorial e fomento, assim como ampliar ações de extensionismo e de agregação de valor na produção mineral

*Cláudio Scliar*

fusões e aquisições de grandes empresas, tornando a mineração cada vez mais globalizada, principalmente quanto a minerais metálicos como ferro, níquel, cobre, alumínio e zinco.

Esse *boom* da mineração – disse Fernando Coura – traz boas oportunidades para o País, seja pelo aumento das exportações de minérios, seja pela atração de vultosos investimentos a serem aplicados na extração e na industrialização mineral. Nesse contexto, Minas Gerais destaca-se por ser o principal Estado minerador (responsável por 44,1% do valor da produção mineral brasileira em 2007) e ter o mais completo ciclo produtivo de base mineral do País.

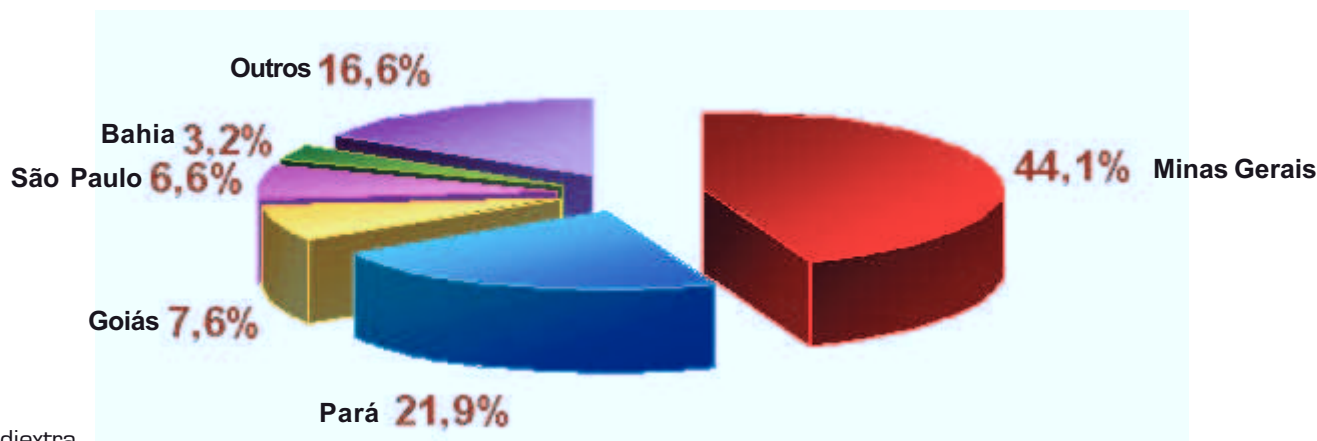
O Estado produz mais de 30 tipos de bens minerais, entre minérios metálicos e não-metálicos, gemas, rochas ornamentais e agregados para a construção civil. Grande parte dessa produção, a cargo de pequenas a megaempresas, é utilizada para abastecer indústrias de transformação, como as de ferro-gusa, ferro-liga, aço, cimento, cal e fertilizantes. Além disso, cerca de 55% do valor da pauta de

exportação estadual provém do setor minerometalúrgico.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico tem projeção de investimentos de US\$120 bilhões para o período de 2003 a 2014 em Minas. Desse total, cerca de US\$47 bilhões são investimentos direcionados para a cadeia produtiva do setor mineral (mineração, siderurgia e metalurgia). Para Fernando Coura, esses investimentos terão efeito multiplicador na geração de divisas e de empregos, já que cada unidade monetária produzida na mineração gera outras sete na indústria de transformação, e um emprego direto na extração mineral desdobra-se em outros cinco na atividade de transformação mineral. Segundo ele, registraram-se cerca de 220 mil empregos diretos no setor mineral do Estado em 2007.

Para maior desenvolvimento do setor mineral, o presidente do Sindiextra propõe as seguintes ações: atrair investimentos produtivos; definir marcos regulatórios para a atividade produtiva; adequar o processo de licenciamento ambiental aos diferen-

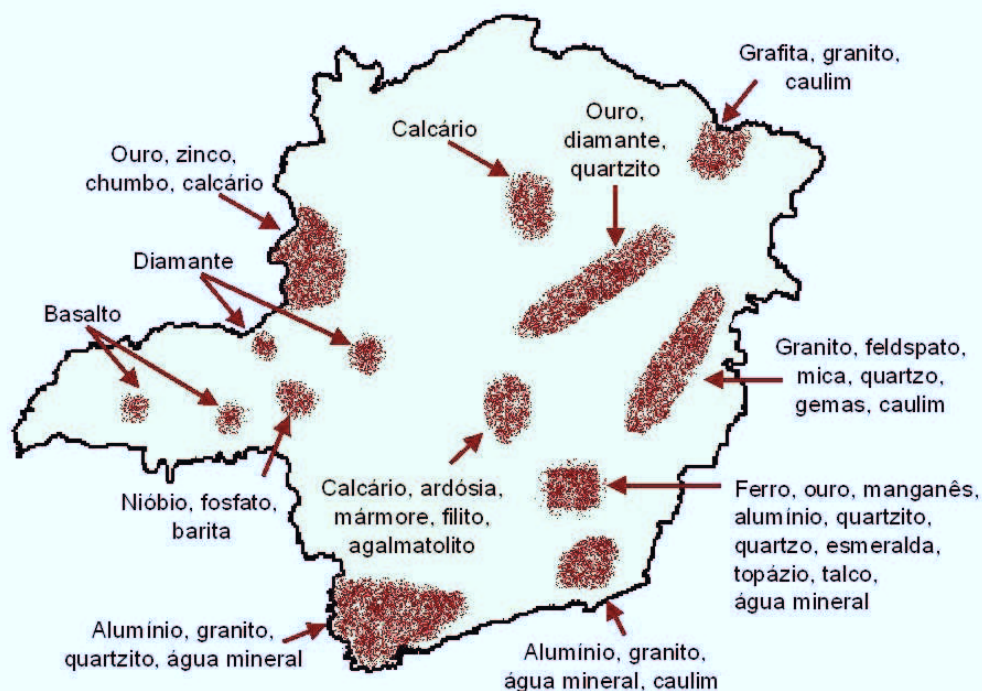
### Participação dos Estados na produção mineral brasileira – 2007



Fonte: Sindiextra



## Distribuição da produção de alguns bens minerais Minas Gerais



Fonte: GMA/ALMG

Das 100 maiores empresas de mineração do Brasil, 33 atuam em Minas Gerais. Todas as cinco maiores atuam no Estado  
*Fernando Coura*

Precisamos ter um conjunto de políticas que abranja aquele que vende uma tonelada de minério a poucos centavos e aquele que vende gramas por milhares de dólares  
*Cláudio Scliar*

tes perfis de matérias-primas; reduzir a carga tributária; aumentar a participação dos Municípios no montante dos tributos arrecadados; melhorar o acesso ao crédito para a pequena e a média empresa; estimular a especialização da mão-de-obra; criar o Ministério de Minas e a Agência Nacional de Mineração; e criar uma Comissão Permanente de Minas e Metalurgia na Assembléia Legislativa.

Além dessas ações, ele também cita alguns desafios a serem vencidos para o crescimento sustentável do setor: visão de mercado e diagnóstico de cenário; agregação e atualização tecnológica; responsabilidade social e ambiental; destinação e aproveitamento de resíduos minero-industriais; compromisso com o desenvolvimento econômico e social das comunidades integradas à mineração; e reabilitação das áreas exploradas.

### Políticas e ações do governo federal

O governo federal, a partir de diagnósticos feitos em 2003 e 2006, vem reestruturando seus órgãos e desenvolvendo várias ações relacionadas ao setor mineral brasileiro, conforme afirmou, no mesmo painel, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar. Na época, concluiu-se que o Ministério de Minas e Energia e seus órgãos vinculados tinham pouca participação no fomento e na execução de ações que tornassem a geologia e a mineração capazes de contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável do País.

Foram então definidas as seguintes metas: reorganização da Secretaria de Minas e Metalurgia, transformada na atual Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

(SGM); modernização, adequação de pessoal e reestruturação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); retomada dos levantamentos geológicos e geofísicos no País; reestruturação da Companhia de Recursos Minerais (CPRM) na forma do Serviço Geológico Nacional; maior articulação entre entidades da União, dos Estados e dos Municípios em questões relacionadas à mineração; e criação de agência reguladora para o setor mineral.

Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se a publicação, em 2005, da “Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo”; a edição, em 2006, do “Mapa da Geodiversidade do Brasil”; e o início de um programa de levantamento geológico e aerogeofísico, abrangendo vários Estados do País, com conclusão prevista para 2010.

Além de manter diálogo permanente com os grandes grupos mineiradores – informou Cláudio Scliar –, o Ministério de Minas e Energia vem implementando políticas e ações de apoio ao segmento da pequena mineração. Iniciativas como o “Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral”, a “Capacitação do Setor Oleiro-Cerâmico” e o “Programa Nacional de Extensão Mineral” têm como principal objetivo fomentar e apoiar as pequenas unidades produtivas de bens minerais do País. As ações de apoio aos pequenos mineiradores são direcionadas para a regularização de título minerário e de licença ambiental, capacitação gerencial e de trabalhadores, criação de associações e cooperativas, promoção de Arranjos Produtivos Locais e agregação de valor à produção mineral.

Em complemento a essas ações, está sendo feito um planejamento de longo prazo para o setor mineral, prevendo-se a elaboração de 84 relatórios técnicos sobre temas relacionados a geologia, mineração, economia e transformação de bens minerais. Esse plano, que está em fase de contratação, tem horizonte de 20 anos e passará por revisões quadrienais.

De acordo com o secretário, fundamentadas em discussões e estudos coordenados pelo Ministério de Minas e Energia, vêm surgindo propostas de alteração na legislação afeta ao setor mineral. Já estão em trâmite projetos de lei que tratam da mineração em terras indígenas e da reformulação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Outras questões, como a modernização da outorga mineral, as faixas de fronteira e a utilização de direitos minerários como garantia de financiamentos também estão no bojo das discussões e, oportunamente, deverão ser encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional.

É importante salientar que a alteração das alíquotas e da base de cálculo da CFEM, com o intuito de proporcionar maior retorno financeiro para os entes federados, em especial para os Municípios mineiradores, foi um dos principais pontos debatidos e aprovados pelos participantes do Seminário. Já a regulamentação do uso de direitos minerários como garantia real em operações de crédito vai facilitar a obtenção de recursos financeiros pelas empresas e, dessa forma, contribuir para a expansão e o aperfeiçoamento dos setores de extração e transformação mineral no País.